

Emilio Costa

---

VIDA PORTUGUÊSA

---

I

# ILUSÕES POLITICAS



1913

---

Tipografia *Estacio & Casaca*

PORTALEGRE



Emilio Costa

---

*Jernando Lima*

# ILUSÕES POLITICAS

---



1913

\*

Edição do autor

---

Tipografia *Estacio & Casaca*

PORTALEGRE

1850

# ILUSTRACIONES POLITICAS



1850

Imprenta de la Libreria de San Juan

## PREAMBULO

---

Não pertencendo ao numero dos que julgam poder exercer uma acção dirigente sobre a sociedade a que pertencem, tenho por habito esperar que os dirigentes e os competentes digam ou façam aquilo que me parece ser necessario dizer ou fazer; e só me resolvo a expôr o que penso, quando creio ser demasiada a demora dos actos ou das palavras necessarias.

E' o que agóra succede; e é por isso que se publica este opusculo, que vae provocar, entre os que o lerem, uma infima percentagem de opiniões, *das que se manifestam*, concordes com as ideias nele expostas, a par do classico encolher de hombros da legião dos que, absorvidos pela ardua tarefa, a que se entregam, de salvar a patria, não podem occupar-se de fantasias, de puerilidades, de utopias loucas senão perigosas.

Mas onde estariamos nós ainda se, de cada vez que uma ideia surge, o receio de desagradar ou de não ser escutado pelos illustres, pelos poderosos e sensatos, impedisse a sua manifestação?

Como se tem progredido, se não é arrostando com o desdem, com a colera e com a ignorancia dos *grandes* e dos consagrados? Que importam as criticas amargas ou injustas, os ditos de espirito, a conspiração do silencio ou a guerra declarada, se temos a convicção de que podemos ser uteis, a de

que, se temos realmente razão, nada poderá impedir que a verdade se conheça e se propague o bem que d'ela possa derivar?

Tambem a indiferença, a ignorancia e a rotina das populações, não deve ser um obstaculo á manifestação de ideias, desde que saibamos quanta verdade contem estas palavras de Spencer : (*Essais de morale* (La Politique) p. 107).

«Cada um não tem mais do que procurar nas suas recordações, para encontrar algumas d'essas opiniões que durante muito tempo nos repugnaram, nas quaes viamos exatamente o contrario do justo, mas que acabaram por se fazerem aceitar irresistivelmente e que bem depressa se revelaram como beneficas.»

As opiniões contidas neste opusculo hão de resistir a tudo, se exprimirem as ideias que se agitam confusamente em muitos cerebros; se não, desaparecerão, e sem que para isso os homens tenham que se incomodar a combatê-las.

★ ★ ★

O problema politico portugês continúa de pé com a republica como estava com a monarchia, que não foi capaz de o resolver e deixou o país arruinado, sem instrução nem educação, debatendo-se entre aspirações mal definidas de progresso e habitos de vida politica que contrariam a realisação d'essas aspirações.

A massa popular não ganhou tolerancia no combate contra a intolerancia clerical, manifestando, além d'isso, em quasi todos os actos que pratica, o mesmo espirito messianico de sempre, que a propaganda liberal condenava em palavras, mas que mantinha por outras palavras e por obras. Galvanisou-se o povo, que a monarchia desejava adormecido; gritaram-lhe, é certo, o «ergue-te e caminha;» mas como mais nada lhe disseram, ele ergueu-se e começou a caminhar, mas sem saber bem para onde ir, meio tonto por tudo que ouve em vol-

ta de si, pelos milhares de vozes que o chamam para seguir novos guias e novos salvadores.

No meio de tanta coisa para ele incompreensível, ouve constantemente: «sacrifica-te pela patria, sacrifica-te pela nação, sacrifica-te pelo país»; e ele, sem bem perceber o que isso quer dizer, pergunta talvez a si proprio, porque lhe pedem que faça uma coisa que ele nunca deixou de fazer, a unica coisa mesmo, que ele sempre tem feito, á espera da felicidade que nunca chega pelo sacrificio que dura sempre. O grande enigma de toda a sua vida! Sempre a dizerem-lhe que se sacrifique: pelo seu Deus, pelo seu Rei, pela sua Patria, pelos seus Antepassados, que tudo é para bem d'ele; e ele tudo sacrifica, desde o bocado de pão até á propria vida, e o bem nunca chega! E o enigma continua...

Quer dizer isto que foi inutil a queda da monarchia? De modo nenhum. Sem me deixar embalar pelas illusões que teem adormecido tanta gente; sabendo que a republica não é o que os republicanos prérgaram e prérgam ainda, sei todavia que, nas circumstancias em que o pais se se encontra, é preferivel mesmo uma pessima republica, á monarchia que governou em Portugal. Embora os erros dos governantes sejam muitos e grandes; embora a desillusão das classes trabalhadoras tenha sido tremenda e a lição tenha sido bem cruel, continuo a ser dos que entendem que a republica deve ser defendida sempre que a sua existencia fór ameaçada, e que é rematada loucura contribuir, seja por que motivo fór, para a pôr em perigo ou fazê-la cair em favor d'uma restauração monarchica.

A indiferença absoluta pelas constituições politicas é um erro. São de Elisée Reclus, as seguintes palavras, que se applicam a Portugal, tão bem ou melhor do que á França:

«Diga-se o que se disser e ainda que se tenha adquirido o habito de o repetir, sobretudo em França, por reacção contra as illusões d'outro tempo, ha todavia entre a republica e a monarchia mais alguma coisa do que uma diferença de palavras, do

que um contraste de símbolos. Na monarquia, tanto a logica como a lei, obriga todos os cidadãos a occuparem-se da personagem official, seja qual tôr o seu valor; ao passo que na republica pode-se não fazer caso d'esse individuo, se ele não merecer que nos occupemos d'ele, apesar da rotina e da centralisação dos poderes hierarquisados.

«Já é um impecilho muito grande de que nos livramos, quando desaparece um absurdo tradicional mumificado num homem que se categorisa em Deus e que a multidão encara facilmente como tal. Livre d'este quisto importuno, o corpo social tem mais probabilidades de funcionar em boas condições e o espirito, libertado d'esse pesadelo, passa á solução d'outros problemas. (1)»

Porque assim é, defenda-se a republica contra a monarquia. Mas por isso mesmo é que entendo ser indispensavel que se abordem, sem receio, todos os problemas, que haja toda a liberdade de opinião e critica, unica forma de se entrar de vez num caminho de verdadeiro progresso, num aperfeiçoamento moral cada vez maior.

---

(1) *L'Homme et la Terre*, vol. V. p. 434.

## Os politicos e o povo

---

O Estado, conheço-o: tem uma historia toda de morticínio e de sangue. Todos os crimes que se tem cometido no mundo: os massacres, as guerras, as traições á fé jurada, as fogueiras, os suplicios, as torturas, tudo tem sido justificado pelos interesses do Estado, pela razão d'Estado.

*Clemencau.*

Uma das características mais interessantes da vida politica moderna, é a flagrante contradição entre o conhecimento que governantes e legisladores mostram ter do que convem ao bem-estar dos individuos e ao progresso das sociedades, e os actos politicos que praticam. Cada chefe, logar tenente ou aspirante ao mando, exerce a sua politica, fundado, diz ele, em tudo que a sciencia social e a experiencia nos ensinam, citando autores, invocando principios, lembrando o passado e a evolução; e todavia, essa politica é, na pratica, a negação completa e inequivoca das suas palavras.

A contradição é tão flagrante que chegou ao impudor; e contra ella ha apenas algumas vozes isoladas, abafadas pela voz da massa imensa dos des preocupados que reconhecem e que aceitam a contradição.

Todos os governantes estão d'acordo com Spencer, quando elle afirma que temos leis demais; mas todos tratam de lhes aumentar o numero, o melhor que podem.

Nenhum nega que, como diz Buckle, «nenhuma reforma pode ter um resultado verdadeiramente util, se não fôr obra da opinião publica», o que

não impede que todos se importem tanto com a opinião publica, como se ela não existisse.

Muitos d'elles chegam a proclamar, em ocasiões de propaganda, como verdadeiras, palavras como estas, de Buckle tambem: «Nenhuma grande reforma, quer executiva quer legislativa, foi jámais, em país algum, a obra dos que governam,» para, mais tarde, quando uma reforma se realisa, apesar da resistencia que eles proprios lhe opuzeram, se fazem passar pelos seus autôres e terem direito á admiração do povo contemplado com a dádiva.

Nenhum d'elles, quando ouve ou lê d'estas coisas, deixa de dizer que ha muito tempo que sabe isso e muito mais, que a critica palavrosa é facil, mas que governar é mais difficil; o que tambem não impede que usem, uns para com os outros, d'essa critica, que passa a ter grande valor sempre que se está na opposição.

Podiam-se citar milhares de exemplos da contradicção caracteristica da vida governamental, porque não ha ramo da actividade politica onde ela se não manifeste.

A politica portugûesa não podia constituir excepção. Pelo contrario, poucos países haverá onde a grande contradicção floresça com mais ezuberancia e se espalhe com mais largueza do que em Portugal. E todavia, apesar da contradicção ser notada por toda a gente, o apêlo aos governos é cada vez maior.

A país nenhum, melhor do que a Portugal, se podem aplicar estas palavras de Graham Summer: «A moda corrente é pedir burocratas, comissões, inspectores do governo para remediar a todos os males. Não ha experiencia que enfraqueça a fé do publico neste meio. Em qualquer ocasião vé-se o partido que governa ser pela intervenção (governamental) e o partido que não governa pela não intervenção. Mas sempre os homens que esperam, para saberem o que devem fazer, que cheguem os inspectores do governo, perdem a verdadeira educação da liberdade.»

Acusamos todos, e os politicos mais que nin-

guem, a exagerada intervenção do Estado em toda a vida colectiva. Mas todos recorremos ao Estado, desde que se pretende realisar seja o que fôr. Por vezes aparece a iniciativa particular a querer fazer alguma coisa fóra da influencia do Estado; mas este é que não consente em tal audacia, e são os proprios estadistas, que antes falavam contra a intervenção sufocadora do poder, que tratam de sufocar a iniciativa que se produz.

A reputação do Estado está feita e todos sabemos que é uma reputação triste. Não ha ninguem, a começar pelos estadistas, que o não maltrate, que não lhe tema a intervenção. Todos dizem que ele é o peor administrador, o peor patrão, o peor cliente. E' sabido que, para que uma obra do Estado não seja uma asneira ou um desperdício, os particulares se encarreguem d'ela, condenando-se assim o Estado a si proprio, dando assim razão ás criticas que contra ele geralmente se fazem.

Toda a gente está convencida d'isto; e todavia, é exactamente nos países onde o Estado tem dado peores provas e onde mais mal se fala d'ele, que mais se recorre a ele para tudo! E' a melhor prova que um povo pode dar de que não está educado para a liberdade, o que de resto se compreende bem, porque é verdade que, como diz Buckle: «O homem não sabe ser livre senão quando foi educado *pela* liberdade». Os principios e as doutrinas pouco são, se não se acompanham da pratica respectiva. E' o que tem acontecido nos países onde — como em Portugal — o costume de para tudo recorrer ao Estado, anda ligado a uma grande abundancia de fórmulas que ensinam exactamente o contrario; ao passo que noutros países — como em Inglaterra — onde o Estado tem um papel de intervenção muito menor, préga-se menos a liberdade e a autonomia dos cidadãos, diz-se menos mal do poder central, mas *pratica-se* a autonomia e é por isso que na realidade se é mais livre e portanto se progride mais. Que os politicos façam o contrario do que dizem, é logico e está dentro do seu mister;

é por isso ingenuidade e tempo perdido, pretender que eles deixem de ser o que são, o que não podem deixar de ser, sem se condenarem a morte certa. O que é preciso é combater a contradição popular, que consiste em se dizer mal do Estado e dos seus representantes e apelar constantemente para eles.

Isso só se pode conseguir eficazmente d'uma maneira: fazendo com que o povo empregue mais tempo a *praticar* a autonomia, do que a pré-ga-la e a dizer mal do Estado.

\* \* \*

O que mais mal fez ao país, foi a centralisação constante da vida publica, realisada pela monarquia constitucional, como a melhor forma de assegurar a existencia d'um regimen, que não soube compreender o papel que lhe competia desempenhar na sociedade portugueza. Esta falta de adaptação ás circumstancias e ás condições da vida moderna, que caracterisam sobretudo a segunda metade do seculo 19.º, determinou o sistema seguido: isolar o país, o mais possivel, da revolução economica que se espalhava pela Europa, mantendo a população numa ignorancia, que fez do portuguez o povo mais iletrado dos povos europeus, e destruindo ao mesmo tempo, por sucessivas medidas governamentais e um abandalhamento progressivo dos costumes politicos, o espirito de autonomia e as aspirações de liberdade, que não deixariam de se desenvolver, se o país houvesse tido uma existencia normal.

Foi esse o grande erro e o grande crime da monarquia. Erro, porque não compreendeu que era impossivel isolar o país das necessidades e aspirações da vida moderna, o que deu em resultado a incompatibilidade com a população; crime, porque essa defeza da sua existencia foi feita á custa dos interesses e da dignidade do povo.

\* \* \*

Contra a acção nefasta da monarquia, levantou-se o partido republicano.

Ha muito tempo que está feita a critica da propaganda politica que este partido realisou durante anos; e republicanos, dos que mais influencia exerceram nessa propaganda, não negam a desastrada orientação que ela teve, ainda que, como é natural, cada um procure diminuir a carga de responsabilidade que lhe cabe.

Ainda nos primeiros anos da propaganda, quando a republica era uma longinqua aspiração, se estabeleceram correntes de ideias, falando-se em federalismo, procurando-se divulgar principios e doutrinas, estudar e ensinar, formar consciencias. Mas ou porque a monarquia soube destruir ou desvirtuar obras e intenções, ou por qualquer outro motivo, o que é certo é que esse character ideologico da propaganda se desvaneceu, sendo pouco a pouco substituido pela propaganda, mais facil e de mais seguros aplausos, do ataque aos erros e escandalos da monarquia, pondo-se de parte ideias e problemas e pensando-se apenas em pôr em relevo a obra monarquica e inocular, por consequencia, no espirito popular, a necessidade da mudança das instituições politicas.

Esta propaganda, que constitue um erro como processo de educação, podia todavia defender-se.

Por um lado, podia-se dizer que, precisamente por ser verdade que só a prática da liberdade e do civismo ensina a ser livre e a ser cidadão, de pouco ou nada servem as doutrinas e que portanto, o que se devia fazer é o que se fez: libertar o povo da monarquia e dotá-lo com instituições e uma vida politica e em que ele intervenha de modo a praticar a liberdade e o civismo. Este argumento é, na apparencia, concorde com a verdade, porque é logico e tem por isso defeza. Mas não corresponde realmente á verdade, porque applica falsamente o principio verdadeiro em que assenta—a necessidade da pratica da liberdade—visto que começa por substituir instituições, fazer uma revolução, sem o concurso *consciente* do povo e havendo ainda a necessidade de lhe fazer acreditar o contrario, de

fazer d'ele o soberano cuja vontade os dirigentes apenas orientam, o que é começar a vida nova por uma ilusão.

Outro argumento que se podia invocar em defeza da propaganda feita — e esse foi invocado muita vez — é que o país tinha de salvar-se em pouco tempo, abolindo-se o regimen monarchico, não se podendo, para isso, estar com discussões de ideias, como para apagar um incendio e salvar uma casa, se não começa por discutir sistemas de construção e estilos architectonicos.

Tiveram razão os republicanos em procederem assim ou procederam erradamente? Apesar da logica do primeiro argumento — do qual, de resto eles não se serviram, creio — e da verdade que possa haver no segundo, estou convencido de que teria sido muito util que, a par da propaganda que se fez, se tivesse feito muita propaganda de ideias, sobre tudo que pudesse importar á vida do país. Mas de nada servem lamentações sobre o passado. O que é necessario é olhar para o presente e tratar cada um de contribuir para a resolução do problema portuguez, nos seus varios aspectos, problema que continua de pé com a republica, com as mesmas dificuldades que apresentava no tempo da monarchia. E assim ha-de continuar, enquanto o povo não comprehender, ou não sentir a necessidade de o solucionar numa dada orientação.

\* \* \*

Todos afirmam que o problema existe; mas a verdade é que, em geral, se fala d'ele, sugeitando-o ás conveniencias partidárias, aos interesses pessoais, ao espirito de partido, ás simpatias ou antipatias politicas e sobretudo, ao que se pode chamar o preconceito nacionalista, que cega os patriotas romanticos que, como os francezes de 48, se nutrem de formulas e pretendem, com a sua applicação, resolver as questões que interessam á coletividade. Todos se teem dirigido ao povo a falar-lhe *no que é*

*preciso fazer*; mas é certo também que o povo, depois de os ler e ouvir durante dezenas d'anos, está, no fim d'esse tempo, tão alheio á realidade como no começo.

E' que, em regra, fala-se ao povo numa linguagem que ele não comprehende bem e raramente se procura explicar o que se lhe diz. Assim, para citar um exemplo, entre mil:

Fala-se muito mais em patria, nação, país, estado, do que em povo ou população. E todavia estes termos são muito mais claros do que aqueles, que os substituem na linguagem corrente de quem aborda questões politicas.

Compreende-se que os politicos prefiram as expressões: patria, nação, estado, etc., porque sendo de mais difficil definição do que povo ou população, prestam-se melhor a sofismas, a jogar-se com a sua significação, de modo a poderem servir fins diversos, segundo as circumstancias.

Os politicos nunca explicam, a não ser quando lhes convem que o povo conheça a porção de verdade sufficiente para com ele vencerem o adversario ou conseguirem outros fins. Contentam-se e, o que é peor, contentam o povo com as formulas, com as palavras que eles sabem capazes de produzirem impressão nos espiritos simples, palavras que contem ainda prestigio bastante para embriagar e convencer sem provas. Jogam com a força da tradição, com a preguiça mental dos que preferem o repouso á verdade, com o espirito misoneista da maioria da gente, que vê em todas as inovações uma causa de perturbação para os seus interesses, privilegios ou sentimentos e assim conseguem que se considerem como maus cidadãos ou utopicos perigosos, os que não se contentam com as suas pregaçãoes e reclamam mais alguma coisa.

\* \* \*

E' preciso que o povo se habitue a comprehender o que ouve e o que lê, para poder proceder cons-

cientemente, unica maneira de realizar algum progresso.

Para isso se conseguir, devem os que falam ou escrevem, esquecerem-se de si proprios, da reputação de literatos ou de sabedores que as suas palavras lhes podem crear entre os amigos e os adversarios, e pensarem somente naquelles a quem dizem dirigir-se. Sendo assim, o maior desejo que se tem é o de se ser claro para se ser bem compreendido, ficando tudo o mais em segundo plano. E aos que, embora sinceros, tem receio, escrevendo de modo que o povo os compreenda, de perderem os aplausos dos criticos de cabeleira e de café, devem lembrar-se estas palavras de Tolstoi:

«Pensae o que quizerdes; mas exprimi-vos de modo que cada termo possa ser compreendido por todos. Nada se pode escrever de mau, numa linguagem perfeitamente clara,» ou estas, de J.-J. Rousseau: «A primeira regra da arte de escrever, é exprimir com clareza e exatidão o que se pensa».

E' assim e só assim que o povo pode compreender realmente o que lhe dizem e escolher consciencientemente o caminho que mais lhe convem, que não é em geral, nenhum dos que lhe são indicados, mas um, formado com o que lhe dizem e com a sua propria observação e experiencia.

O que portanto se impõe, é dizer ao povo o que julgamos ser a verdade, *de modo que ele compreenda claramente o que dizemos*. Do mais, ele se encarregará muito melhor do que todos que pretendem dirigir-lhe os passos.

E' muito natural que estas palavras não agradem aos politicos e é mesmo bom que assim suceda, porque eles reservam os seus aplausos para os que falam, como Santo Agostinho nos diz que falava nas festas publicas de Milão:

«E lá ensinava eu muita mentira, na certeza de ser aplaudido pelos que conheciam muito bem a verdade.»

## A ilusão dos centralistas

---

É impossível compreender uma verdadeira republica democratica, num país centralizado. Um tal país, esta sempre á mercê dum aventureiro politico.

*Ch. Beauquier.*

No jardim das Tulberias, em Paris, ergue-se um monumento a Waldek-Rousseau, onde se lêem alguns pensamentos do famoso politico francês e entre eles, este:

«Avant de devenir sage il faut avoir été long-temps libre». Em toda a parte isto quer dizer que: um povo não progride, não se eleva senão pelo exercicio da liberdade.

Não ha ninguém, de liberal para cima, que o negue; e foi esta verdade que, muitas vezes com eloquencia, os republicanos prégaram ao povo. E a applicação desta doutrina, a realização das palavras de W. Rousseau, consis'ia então na promessa duma descentralisação politica, da maior soma possível de autonomia regional.

A centralisação sufocava tudo e tornava-se urgente dar ar, muito ar aos municipios, para que estes deixassem de ser meros instrumentos do poder central, sem regalias, numa dependencia que era uma vergonha e um perigo para o progresso do país. Quantas vezes não ouviram os *habitués* dos comícios e das chamadas conferencias, estas afirmações, seguidas da promessa tácita ou formal de que a Republica seria, nesse campo, como em tantos outros, a libertadora!

E se alguém, que não se deixava arrastar pela

eloquencia, duvidava um pouco do cumprimento da promessa, ainda que procurasse justificar a duvida, ai d'ele, se depressa se não remetia ao silencio, porque experimentaria os efeitos da indignação dos entusiastas partidários dos futuros libertadores.

Raciocinar, argumentar, procurar saber, uma importunidade; havia mais que fazer, havia a fazer a revolução. Duvidar, uma ofensa feita aos caudillos, tanto á sua intelligencia e saber, como ao seu character. E tudo era entusiasmo, esperança, confiança. Mas veio o 5 d'outubro e com ele muita desilusão para os entusiasmados e confiantes, e muita confirmação para os importunos que procuravam saber e que duvidavam.

O que nos dizem hoje os mesmos que prégavam a descentralisação e a autonomia libertadoras e educadoras? Dizem-nos exactamente o mesmo que os monárquicos diziam da republica: que o povo português não estava preparado para viver livre, para exercer a democracia que os republicanos prégavam. A este argumento, respondiam os republicanos, triunfantes, que os monárquicos mostravam assim que só podiam viver com o povo tutelado, que não se atreviam a dar liberdades ao povo, porque a monarchia era incompativel com elas, que só podia sustentar-se á custa do atrazo da população.

Esta tão triunfante resposta podia e pode dar-se agora aos republicanos, dizendo-lhes que, ou o actual regimen politico não é a republica que eles prégaram ou essa republica é incompativel com a descentralisação e a autonomia, o que contradiz as afirmações do tempo da propaganda.

E' provavel que haja quem responda, dizendo que não ha contradicção entre o presente e o passado, pois que a Republica tem descentralisado. A afirmação, feita com habilidade, pode convencer muita gente; mas seria preferivel que se mostrasse toda a obra realisada, a de descentralisação e a de centralisação, e ver depois qual d'elas pesava mais e para onde se inclinava portanto o resultado final.

Mas a discussão do codigo administrativo é ain-

da recente, para mostrar as preocupações descentralisadoras da grande maioria dos dirigentes parlamentares e até o interesse que a questão propriamente dita despertava neles... «O código administrativo e o Jacinto Nunes! Que maçada! Toca a safar!»

Basta lembrarmo-nos da questão dos administradores de concelho, uma das regalias mais extravagantes do poder central. No tempo da monarquia gritava-se tanto contra eles, que já se dizia, com o ministério Teixeira de Sousa, que eles acabariam. Mas foi-se o ministério Teixeira de Sousa e com ele a Monarquia, vieram e foram-se vários ministérios republicanos e os administradores de concelho continuam de excelente saúde, já não se falando sequer em os suprimir, a não ser para os substituir por outras entidades equivalentes.

Mas a maior parte dos republicanos entende que não se podem dar um certo numero de regalias regionais, porque o atrazo da população o não permite. E quanto á contradição que esta opinião traduz com a propaganda anterior, uns dizem que não foram eles que a fizeram — argumento muito em moda para questões embaraçosas; outros dizem que uma coisa é prégar e outra é governar — o que também já os monárquicos diziam e que não tinha então o poder de convencer os republicanos; ou calam-se, como se fossem surdos e passam a outros assuntos — expediente muito humano, comum a todas as épocas e regimens. O unico recurso que resta é argumentar com os que nos afirmam não estar o povo preparado para a descentralisação e a autonomia.

\* \* \*

Em primeiro lugar, devemos acentuar que os que assim se mostram partidários da centralisação, defendem-na como um mal necessario, como uma fase de transição, que deve desaparecer á medida que o povo se educa. Em má situação se colocam, porque é collocarem-se como todos que se fazem paladinos duma causa que não amam, que em princi-

pio condenam. Não temos portanto, discutindo com eles, que mostrar as desvantagens da centralização e as vantagens da descentralização, pois que eles estão d'accordo nesse campo. E' apenas a questão da oportunidade que eles discutem, como já acontecia com os monárquicos e a republica, como acontece com certos burguêses e o socialismo ou o anarquismo. E' sempre uma pura questão de oportunidade, que está dependente do grau de preparação do povo. Todos são sempre pela inovação, pelo progresso, pela liberdade... Mas que fazer, senão esperar e ir vivendo, enquanto o povo não estiver preparado?

O que deve causar espanto não é o argumento, se assim lhe podemos chamar, da oportunidade e da falta de preparação; o que admira é que ainda essa farçada encontre ingênuos que a tomem a sério e que ajudem a sustentá-la.

E' a esses ingênuos que se deve perguntar, quantos exemplos conhecem de governantes que, disfrutando o poder apenas por oportunismo, á espera da preparação do povo, uma vez esta atingida, tenham abandonado esse poder que aos seus proprios olhos já se não justificava? Depois, contem quantos casos a historia e a experiencia de cada um, nos apontam do contrario, do governante oportunista ter de ser atirado para fora do poder por aqueles a quem ele se obstina em não reconhecer a preparação necessaria para lhe dispensarem os paternais serviços.

Deixemo-nos de illusões e de farçadas.

Assim como o moralista burguês nunca acha o povo preparado para viver sem o *freio da religião*; como o capitalista o não acha preparado para um regimen comunista, e os monárquicos o não achavam preparado para a Republica, assim os centralistas oportunistas nunca o hão-de achar preparado para viver sem a tutela do Estado, do poder central. E sempre pela mesma razão: é que todo aquele que dispõe do poder, todo aquele que exerce uma autoridade imposta, o que procura é aumentá-la, fortalecê-la e nunca diminui-la e muito menos acabar com ela. Nunca se viu alguem abandonar vo-

luntariamente o poder por considerar terminada a sua missão de educador ou libertador. Ou se se viu isso, o caso é tão raro, que é quasi patológico, se o não é completamente e é como se não se tivesse dado, para a questão que nos ocupa.

Mas supunhamos que se trata realmente dum argumento, duma objecção séria, que esse oportunismo é puro de palavras e obras. Nem assim os partidários da centralisação teem razão.

\* \* \*

Se o povo não está preparado para a descentralisação politica e administrativa, tinham razão os monárquicos em dizerem que esse povo não estava preparado para a Republica. Esta não se comprehende, a não ser como pura designação dum regimen governamental, sem uma soma muito maior de autonomia que a do regimen monárquico. Não sendo assim, a Republica será tudo que se quizer, menos uma democracia e poderá dar-se-lhe o nome que se entender, que não deixa de ser um regimen de tutela.

E de duas uma: ou os republicanos estavam convencidos de que o povo se não achava preparado para o regimen politico e administrativo que lhe prégaram durante anos, como sendo o que ele necessitava e só a Republica lhe daria — e nesse caso, não se comprehende bem onde estava a moralidade d'essa propaganda; ou estavam convencidos do contrario e dessa fórma, demonstraram que eles é que não se encontravam preparados para exercer o poder que queriam conquistar, visto que lhes faltava a principal qualidade d'um governante, que é conhecer bem o povo que governa. E tanto assim é, que era d'esta ignorancia sobre o povo, que os republicanos mais acusavam os governantes monárquicos.

Se a primeira hipótese é verdadeira, o caso simplifica-se, porque se trata apenas de mais uma manifestação de ambição de mando, como tantas outras de que os povos teem sido vitimas. E então, não

ha que discutir e ha apenas o dever de nós defendermos e de combater pela liberdade, como se nada tivesse mudado.

Se é a segunda hipótese que é verdadeira, ha já motivo para discussão e procurar demonstrar que os adversários da descentralisação estão em erro.

Neste caso, podemos perguntar: Admitindo que o povo não está preparado para uma vida mais autónoma que a que tem, estavam os dirigentes republicanos preparados para governarem? Evidentemente que não; nem praticamente — a principal preparação — porque nunca tinham governado, nem em teoria, porque, além das provas que deram com uma completa ausencia de planos de governo, se essa preparação teórica existisse, ter-se-ia manifestado de mil modos na propaganda e o povo teria ganho d'essa preparação a parte que lhe correspondia e achar-se-ia assim preparado, dentro do seu campo d'acção. A falta de preparação do povo, dada a intensa e demorada propaganda que se fez, prova-nos bem a falta de preparação dos dirigentes propagandistas.

Nestas condições, temos que ninguem estava preparado para o exercicio da democracia; e que não haveria realmente motivo para a mudança de regimen, se não fosse a necessidade de tentar salvar o país da perda certa a que o levava a Monarquia, para o que se contava com a boa-vontade e a dedicação do povo e dos dirigentes republicanos.

E era por isto ser verdade, que quando os monárquicos falavam da falta de preparação dos republicanos, se respondia que com muita boa-vontade e muita honestidade, seria difficil fazer mais asneiras do que os monárquicos; e que á medida que a pratica fosse ensinando, se iriam corrigindo os erros da inexperiencia. E os monárquicos tinham que se calar, porque além d'esta linguagem ser justa, pois tudo se aprende e se aperfeiçoa com a pratica, a historia do regimen era uma enorme série de erros e crimes, de que a triste situação do país era prova eloquente e consternadora.

Foi assim que se formou, por outro lado, a crença em que bastava muita honestidade para se salvar o país, o que é erro, como já tive ocasião de mostrar noutro trabalho (1) e como os factos, nestes três anos de republica, se teem encarregado de provar.

Havia pois uma falta de preparação geral para o exercicio da democracia. Nestas condições, é lógico supôr que se a boa-vontade e a honestidade deviam ser garantia sufficiente para que os dirigentes republicanos procurassem governar o país, exercendo funções que seriam, nos primeiros tempos, um aprendizado, com os erros e as hesitações que naturalmente se produziriam, é lógico supôr que o mesmo se devia dar com o povo, dentro do seu campo d'acção.

O que não se compreende é que o que serve para justificar a tentativa governamental, não sirva para justificar a do exercicio da chamada soberania popular. E todavia, se as coisas se encarassem sem preconceitos, e se houvesse razão de preferencia, devia esta favorecer a massa popular, visto que se se produzissem erros, estes nunca teriam, applicados á vida duma pequenissima parte do país, os efeitos dos erros dos governantes, que se repercutem, em regra, pelo país todo. Além disso, o numero de probabilidades de acertar seria maior, porque as medidas tomadas applicavam-se a um numero de pessoas e num espaço muito menor e eram applicadas por gente que conhecia a região e os seus habitantes e portanto as suas necessidades, muito melhor de que os ministros e seus delegados de puro character politico.

Pois foi precisamente o contrario que se deu. A preferencia foi dada áqueles que, igualmente sem preparação, iam exercer funções de muito maior alcance nos seus efeitos e cujos erros seriam, por isso mesmo, muito mais para temer. E' assim a lógica da politica, que todavia é aceita sem difficulda-

---

(1) A Magna Questão, pag. 4 e 5.

de pelos que lhe sofrem os efeitos, tão grande e tão geral é o preconceito da categoria social!

\* \* \*

E' neste preconceito que assenta o facto da centralisação e o da sua tão fácil aceitação.

Diga-se o que se disser, o que é certo é que a categoria social é, aos olhos da quasi totalidade senão da totalidade dos individuos, um dos melhores atestados de competencia e sobretudo de competencia governamental. Mesmo os que mais conscientes se mostram na apreciação do valor dos individuos, não se furtam a considerar, em regra, como mais capazes, os que occupam boa situação na escala social. Por mais que se grite contra o diploma; por mais que ele seja ridicularisado pelos que o possuem e pelos que o não possuem; por mais demonstrado que esteja que não é ele nem pode ser ele que dá aptidão e competencia, é ele que impera, aliado ao seu companheiro e padrinho, o dinheiro. Este dá, como o diploma, aptidão e competencia; e são eles que collocam o individuo na categoria social d'onde saem os que governam, os que mandam.

Pode-se protestar contra estas palavras e citar casos que as contradigam, que esses casos não deixam de constituir excepções e raras.

E' devido ao preconceito da categoria que algum representante do povo soberano, «esse admiravel povo que tão bem comprehende os seus deveres e direitos» como dantes se dizia, só excepcionalmente exerce o logar de deputado, vereador, jurado e coisas semelhantes, não se falando, é claro, em ministro, senador, director de bancos e companhias, etc., porque isso, nem por sombras! Só excepcionalmente um operário manual será escolhido para deputado; só se ele tiver dado provas de competencia, as quais provas consistem em discursos de comicios e outras da mesma espécie, que lhe dêem essa tintura, essa vaga camada de verniz, filha do hábito de frequentar os dirigentes, de modo a *não parecer* o operário manual. Mas o bacharel — e por esta de-

signação comprehende-se todo o diplomado, *o que tem um curso* — é aceito sem mais provas de competencia, sem mesmo as dos comicios e jornais.

Admite-se que possa ser senador o analfabeto quasi tão rico como pretencioso, de quem muitos dos colegas poderão rir, o que os não impede de o aceitarem e de não admitirem ao seu lado, um operário, que não tenha passado pela prova do verniz, embora muitas vezes tenha uma dose de conhecimentos gerais e especiais, superiores á do ricaço, que, para se assentar nas cadeiras do Senado, nada mais fez do que mostrar que o seu cofre estava bem fornecido.

Mas todos continuarão a afirmar com calor que prestam apenas culto ao mérito comprovado, á virtude civica, que não admitem distincções de casta, que os diplomas nada significam como prova de competencia, que o povo é o verdadeiro soberano, etc.

E' o preconceito da categoria que faz com que se aceite, como uma coisa natural e lógica, que os que governam sem preparação, possam negar ao povo o exercicio da democracia, em nome d'essa falta de preparação que para eles todavia, não é impedimento.

\* \* \*

Mas admitindo ainda que os governantes estavam preparados ou em condições de se prepararem em pouco tempo, não deixa de ser errada a teoria da centralisação provisoria, emquanto o povo se não educa. E o caso é tão simples, tão claro, que custa a falar nele, porque ha necessidade de repetir logares comuns, verdades conhecidas de ha muito e por todos aceitas em matéria de educação, quer individual, quer colectiva. O que custa a compreender, o que nos revolta e incomoda, é que esses mesmos que na prática politica procedem tão contrariamente á verdade, vão prégar esse verdade aos quatro cantos do país, applicando-a teóricamente a tudo, falando da necessidade de educar segundo os principios que eles proclamam os melhores.

Eles são capazes de tomar como tema as palavras que citámos de W. Rousseau, e falarem sobre a sua significação e applicação, durante horas, com pomposos elogios e mil citações d'outros tantos autores, a comprovarem a verdade que prégam. E imediatamente depois, chamam utópicos aos que desejariam vêr applicada essa educação, cuja *urgente necessidade* eles tinham acabado de proclamar!

Essas noções fundamentais de educação individual e colectiva, estão desenvolvidas em centenas de obras e resumidas em outros tantos *pensamentos* e provérbios.

Desde o popular provérbio portuguez: *a prática vale mais do que a gramática*, ou o francês: *C'est en forgeant qu'on devient forgeron*, até ás palavras de W. Rousseau ou ás de Buckle, tambem já citadas, são sem numero as constatações de que a educação do individuo ou do povo, a educação profissional ou a educação civica, se teem de fazer, não pelo formulário oral ou escrito e aprendido de cór, mas *praticando*, quer se trate de aprender mecanica, quimica ou zoologia, de aprender a nadar, a tocar piano ou a fazer botas, quer se trate de hygiene municipal, de viação publica ou de crises de trabalho.

Isto é tão velho e tão sabido! Que se diria dos pais que andassem com o filho ao colo durante anos e lhe ensinassem a andar, apontando-lhe para as pernas, explicando-lhe a posição vertical e mil outras coisas, o puzessem depois no chão, o rapaz não soubesse ter-se sequer nas pernas, e os pais, vendo isto, o accusassem de incapacidade e declarassem que era preciso continuar com ele ao colo? E todavia acha-se natural que os nossos *pais da pátria*, legisladores e governantes, procedam do mesmo modo e declarem que o filho, o Povo soberano, é incapaz de se ter nas pernas e deve portanto continuar ao colo dos pais, que não desejam que ele se magôe ou seja victima de desastre maior.

A ajudar este estado de espirito, ha o poderoso argumento das chamadas asneiras populares, dos

erros que o povo comete por inexperiencia. Os governantes tiram immediatamente e habilmente o maior partido do facto, para nos virem dizer :

«Vêem ? Não se pode deixar o povo — a grande creança — em liberdade; o povo não está amadurecido para ella.» E como o facto parece dar razão ás palavras governamentais, ninguem se atreve a protestar ou a resistir á invasão do poder central, que immediatamente se succede, aprovando-se até o aumento de pressão que se produz. E ninguem se lembra de perguntar aos paternaes governantes, o que acontece quando elles cometem erros — o que se dá todos os dias — e de bem mais graves consequências, muitas vezes, mostrando assim que tambem elles não sabem suster-se nas pernas ou andar desembaraçados e de perguntar-lhes quem anda com elles ao colo, para lhes evitar as quedas desastrosas.

Ninguem se lembra então de dizer aosolicitos governantes, que são perfeitamente dispensaveis os seus paternaes serviços, pois que os erros praticados são lições a aproveitar pelo povo, que pouco a pouco os irá corrigindo, substituindo-os por actos mais benéficos ou menos nocivos, aprendendo, aperfeiçoando-se com a experiencia, que é o mesmo que a elles, governantes, acontece e é o que tem acontecido sempre, pois nunca o progresso se realisou d'outra maneira. Não se pensa ou não se fala assim, porque o preconceito da categoria social, aliado ao hábito de obediencia, de submissão, impede as palavras e até os pensamentos. E assim se perpetua a escravidão, a sujeição, sob vários aspectos e com vários nomes, e a liberdade que se apregôa nunca é a liberdade que se possui.

O centralismo provisório e educador do povo, que os governantes prégam, é apenas a consolidação do poder, a perpetuação da sujeição do povo, porque a sua educação civica só se pode realisar pela prática dos direitos e deveres, fóra da acção do poder central, autonomicamente, isto é, pela prá-

tica da liberdade. *Pour devenir sage il faut avoir été longtemps libre.*

\* \* \*

Nada mais tenho a dizer aos partidários da centralização provisória para lhes mostrar a sua sem-razão. As linhas que se seguem, são apenas para dizer ao povo, que ele tem todo o interesse em lutar pela descentralização, pela autonomia cada vez maior, porque a centralização, seja qual fôr o aspecto da vida colectiva a que ela se aplicar, só lhe traz desvantagens.

Ainda que se admita que a centralização pode ter tido as suas vantagens, quando ha séculos começou a acentuar-se, não ha dúvida que, se essas vantagens existiram, ha muito que desapareceram, suplantadas pelas desvantagens que trouxeram os inumeros abusos de toda a espécie por parte do Estado, que é o tipo da centralização de atribuições e poderes.

Para mostrar quanto isto é verdade, basta o testemunho... de toda a gente. Já me referi ao facto, sobre o qual nunca é demais insistir, de toda a gente e nomeadamente os politicos, maltratarem o Estado o mais que podem e da contradição em que se cai, apelando para ele constantemente.

E' na insistencia em considerar este facto sob todos os seus aspectos, em se referir a ele em todas as occasões, que o povo tem a melhor lição sobre descentralização, porque é essa a melhor fôrma de se convencer, relativamente em pouco tempo, da necessidade de não acreditar em arengas de politicos. Sobretudo em reuniões publicas, deve o povo perder o acanhamento de que está geralmente possuido para falar, não tendo receio da ciencia e do palavreado dos oradores e pedir-lhes explicações claras das afirmações que fazem, expôr, sem rodeios, as suas dúvidas e as suas opiniões contrárias ás do orador; não se deve dar por convencido quando aparentemente fôr vencido pela eloquencia, lembrando-se nessas occasões, de que o palavreado ser-

ve exactamente para cobrir a ausencia de ideias, de argumentos e de provas, como o latim abundante dos sermões das igrejas, serve para encher de admiração o espirito simples dos devotos.

Não se deixem os ouvintes levar pelas grandes palavras, com que os oradores manobram conforme as necessidades de momento, taes como: Patria, Nação, Progresso, Estado, Gloria e Honra Nacional, Grandioso Passado, etc., palavras de magico efeito, precisamente por não se saber bem o que elas significam; não se inportem de não se exprimirem tão correntemente como os oradores; não se envergonhem da má construção da frase ou até de silabadas que apareçam, nem receiem a critica dos bachareis. Procedam assim e ver-se-á como, em pouco tempo, começam a tornar-se menos frequentes os discursos dos politicos e como se reconhece que a maior parte d'elles tem a cabeça vazia, e só parecia que a tinha cheia, porque ninguem se atrevia a tocar-lhe.

Outras vezes acontecerá que o povo aprenda realmente coisas uteis da parte de oradores que ele vai ouvir; mas ha-de ser usando sempre do mesmo sistema: perguntando, expondo duvidas e opiniões contrarias, procurando compreender.

A este ensinamento, junta-se o da leitura, o da conversação e o da observação dos factos quotidianos, que formam o que se chama a experiencia propria. Deste modo, em pouco tempo, cada um se convence de que é necessario combater com a maior energia contra a intervenção do Estado, porque sabe que ela só lhe traz dificuldades de toda a ordem, ao passo que a vida social, livre da acção do Estado, se alarga, se engrandece em proveito de cada individuo, cujo bem-estar aumenta com o bem-estar geral.

\* \* \*

De todas as illusões de que o povo pode ser vítima por parte dos partidários da centralisação, ha três principais; e contra elas deve-se sempre estar

prevenido, porque são muito perigosas. Estas três ilusões, são: a *Unidade nacional*, o *Perigo do desmembramento* e a *Deconcentração*.

Não é para este opusculo a demonstração destas três ilusões. Talvez isso se faça mais tarde; agora pretendo apenas indicá-las e dizer aos interessados, ao povo, que reflita nelas para lhes evitar os perigos.

A ilusão da unidade nacional, consiste em se afirmar que as necessidades, os recursos e as aspirações dos habitantes do país, são em todo o país as mesmas, sendo relativamente insignificantes as diferenças de região para região, o que justifica a acção do poder central, estendendo-se por todo o país, com todas as vantagens que traz essa simplificação de processo.

Ora essa unidade não existe; e portanto são illusórias as vantagens do centralismo. As seguintes palavras de Elisée Reclus, (*L'Homme et la Terre*, t. V, p. 240) escritas a proposito da França e Paris, applicam-se, sem mudança duma linha, a Portugal e a Lisboa:

« A ilusão dos estrangeiros e dos proprios francezes que gabam a sua unidade nacional, provém, por um lado, da confusão que se faz frequentemente entre todo o país e a cidade de Paris, considerada como um resumo da nação, embora ela se distinga todavia da nação, por contrastes bem salientes; e por outro lado, da estranha aberração dos que vêem, na uniformidade administrativa, o indício de uma parecença entre as populações que se acham submetidas ao mesmo regimen.»

Assim como não ha a unidade nacional de que os centralistas se querem valer, tambem não existe o perigo do desmembramento entre as diferentes regiões do país, admitindo que esse facto, a dar-se, constituisse realmente um perigo para os interesses do povo, o que não é tão evidente como poderá parecer á primeira vista. Mas não se dá o desmembramento, pelo contrario; a solidariedade entre as diversas partes do todo, é mais eficazmente mantida,

E. Reclus.

tanto para o seu desenvolvimento progressivo, como para a sua defesa em caso de perigo.

Se as necessidades dos portuguezes são em grande parte comuns, d'onde derivará serem comuns as suas aspirações, tanto umas como outras serão muito melhor satisfeitas, desde que cada nucleo de habitantes, que vive em determinada região do país, se eleve pela educação individual e colectiva, a qual só poderá realizar-se com a liberdade, com a prática da autonomia.

E' a educação que dá a consciencia da necessidade de cada membro ser solidario com os outros, e que melhor garante portanto, essa solidariedade, sem a qual não ha, não pôde haver o que se chama a consciencia nacional. De modo que, para se poder dizer, com verdade, que os portuguezes constituem realmente uma nação, na mais perfeita aceção da palavra, o melhor processo é descentralisar, autonomisar a vida colectiva. E deste modo, onde os centralistas vêem um perigo, devem os portuguezes ver uma garantia de defeza. O verdadeiro perigo está na centralisação, porque á medida que esta se intensifica, diminue a consciencia dos individuos e dos grupos, porque enfraquece o poder de iniciativa, a confiança que uns e outros devem ter em si proprios, habituando todos a confiarem na força superior, no poder central, desconhecendo-se cada vez mais, o que só pôde ocasionar um interesse cada vez menor de uns pelos outros, uma diminuição da solidariedade. A centralisação é o que disse Adolfo Provins. (1) «Com a centralisação os cidadãos são todos iguais, é facto, mas todos igualmente impotentes. Eles são livres, mas totalmente incapazes de se servirem da liberdade. Em vez d'um feixe resistente de coletividades, não ha senão uma aglomeração de individuos sem laços de união, sem cohesão, sem ligações, com um centro comum qualquer. Possuem o poder de tudo criticar, e são incapazes de crear coisa alguma.»

Como estas ultimas palavras se applicam bem a Portugal!

A ilusão da Deconcentração, consiste em parecer que se descentralisa, sem se descentralisar. É preciso por isso estar-se prevenido e não se tomar uma simples descentralisação de serviços burocráticos,—que é a obra da deconcentração—pela descentralisação de regalias, de attribuições, de decisões e iniciativas.

A deconcentração é uma questão de regimen burocratico, em virtude do qual os serviços do poder central se podem fazer mais regularmente.

E' uma divisão de trabalho, uma distribuição de serviço, que o Estado entende, num dado momento, dever realisar, para melhor assegurar o funcionamento da sua complicada engrenagem. E' uma questão de método, que pode, por vezes, dar facilidades á população na execução das suas várias obrigações para com o Estado, mas que em nada o afecta, não lhe subtraindo regalias, direitos e privilégios e em nada aumentando portanto, as regalias, os direitos ou privilégios da população. Mas como esta é duma ingenuidade desmarcada, sempre pronta a tomar a nuvem por Juno, acontece que se toma como um acto de verdadeira descentralisação, o que, quasi sempre, não passa d'uma deconcentração, sobretudo quando esta é feita com habilidade e vem satisfazer a população, facilitando o cumprimento do que o Estado chama os deveres do cidadão, que, como se sabe, consistem invariavelmente em pagar.

A deconcentração é, como se vê, uma ilusão perigosa, quando bem explorada pelo Estado, que assim se dá ares de conceder direitos e regalias, quando, de facto, o que faz é assegurar mais eficazmente os seus proprios serviços. D'esta fórma contenta a população e assim ganha por dois lados: além do beneficio que advém sempre duma melhoria na organização de serviços, apazigua descontentes, diminue criticas, aumenta simpatias e com mais força fica para, quando fôr preciso, dar um assalto, quer á bolsa do contribuinte, quer á liberdade do cidadão.

## A ilusão dos integristas

---

A politica internacional continuá sendo dominada por formulas applicaveis a condições que a evolução da vida moderna aboliu por completo.

.....  
Quando a Europa estiver mais esclarecida, comprehenderá que nenhum Estado obtem um beneficio directo, do facto de ser um agente de policia colonial.

*Norman Angell.*

A preocupação dos portuguezes em matéria de politica externa, gira principalmente em torno de duas ilusões que dizem respeito: uma, á integridade do dominio colonial e a outra, á attitude a tomar para com a Espanha.

Os portuguezes vivem curvados sob estes dois grandes pesos, que eles teem de suportar na longa e ingreme estrada do progresso, que eles se propuzeram trilhar, e muito rapidamente, para recuperarem o perdido e assim se aproximarem e marcharem a par dos que vão muito adiante. «Temos de caminhar e caminhar depressa, diz-se frequentemente; e acrescenta-se: «se não quizermos encontrar desagradaveis surpresas.»

E' certo que ha necessidade de caminhar depressa; mas duvido de que isso se possa fazer, se se continuar debaixo d'aqueles dois pesados tardos, e que tenhamos de nos deixar cair exaustos, até que alguem nos venha levantar e aliviar da carga, se a tempo nos não soubermos livrar d'ela. Mas a difficuldade está em que se crê precisamente o contrario, fazendo depender a faculdade de marchar,

da necessidade de não alijar a carga, afirmando-se que não se trata de ilusões, mas de realidades.

Estas realidades são: a necessidade de manter a integridade do dominio colonial e a necessidade da defeza armada, d'um forte exército e uma não menos forte marinha de guerra. Estas necessidades teem de se satisfazer, embora com sacrificios, se não se quizer naufragar, se se quizer assegurar a prosperidade de Portugal e até a propria independencia da nação, e cumprir ao mesmo tempo, um dever de respeito pela gloria do passado, que nenhum país pode desdenhar, sem se negar e envilecer. Sem o dominio colonial perderiamos como que a nossa razão de ser e ficariamos á mercê das ambições imperialistas da Espanha.

Estas palavras podem constituir a tese, chame-mos-lhe assim, dos que defendem a integridade das colónias e portanto todas as medidas, organização militar e outras, que d'ela derivam.

\* \* \*

Nós começamos a livrar-nos d'um grande defeito ou pelo menos, começa-se a reconhecer que o defeito existe. Mas ele está tão enraizado, e ha tanta gente que continua a alimentá-lo, que ha-de ser muito difficil acabar com ele. Esse grande defeito é o que eu tenho chamado a mania das grandezas.

Esta mania manifesta-se em tudo e sob todos os aspectos, constituindo um dos nossos maiores males, senão o maior. Nasceu com o resultado immediato dos descobrimentos maritimos e das conquistas e nunca mais nos abandonou, produzindo estragos incalculaveis. D'ela derivou essa importancia primordial que se continua dando á glória militar, de conquista, mantendo, como seu derivado natural, um patriotismo pundonoroso, cavalheiresco e romantico, que tira toda a sua força de aventuras e audácias, com os olhos constantemente postos no passado brilhante e, por isso mesmo, sem ver o presente e sem pensar no futuro.

E' este estado de espirito que influe poderosamente na orientação geralmente seguida, quando se procuram soluções para os varios problemas que o país precisa vêr resolvidos; e é ele que tanta força dá á tese em que resumi a orientação da politica externa portugueza. E' por isso que quem se mostra contrario a esta orientação, tem o ar de quem viesse da Lua e não soubesse onde se encontra, tão extranho é tudo que não está dentro da atmosfera em que quasi toda a gente vive mergulhada.

Ha um certo numero de pessoas que vêem que aquella orientação não é a que mais convem aos interesses do país. Mas não se atrevem a dizê-lo, com receio de ir ferir o patriotismo romantico e assim perderem a influencia que desejam manter na politica nacional.

Quem sabe se, vistas bem as coisas, não se dá com esta questão, qualquer coisa de parecido com o chamado segredo do polichinelo; que muitos andem, com mêdo uns dos outros, a ocultar uma opinião muito comum? E' talvez por isso que eu não me admirarei muito, se um dia aparecer uma legião a dizer que sempre fôra contra a teimosia da integridade colonial, que sempre lhe apontara as desvantagens... Quantos, um dia depois do 5 d'outubro, não tinham sido sempre republicanos?

\* \* \*

Apesar da grande dose de romantismo que alimenta a politica portugueza, a defeza sentimental da integridade colonial perde terreno todos os dias, tantas são as lições que a politica internacional nos está dando constantemente. Não vale portanto a pena gastar tempo a demonstrar que se enganam os que tratam da questão da politica colonial, apelando para os nossos sagrados direitos, para o brio nacional, invocando os Lusíadas, porque a realidade lhes ha-de ir tirando as illusões.

E' aos que falam uma linguagem mais positiva e que se dizem baseados na observação dos factos,

que é preciso responder e mostrar que se enganam.

Ha afirmações que fazem fortuna, que adquirem o valor de dogmas, porque ninguem se dispõe a inquerir, se realmente correspondem á verdade. E' o que tem acontecido com a afirmação de que a nossa razão de ser, como nação independente, está na posse das colonias.

Diga-se o que se disser, o que é facto é que nunca esta afirmação se demonstrou seriamente.

E enquanto essa demonstração se não fizer, qualquer afirmação, em sentido contrario, possui o mesmo valor. Depois, como sempre que se trata de questões d'esta natureza, os dados do problema são postos confusamente, embrulhando-se tudo em frases de efeito, em vez de se procurar tornar tudo bem claro.

E' assim que não se teem estabelecido com clareza, estas duas hipoteses e a diferença de atitudes que d'elas necessariamente deriva: a da perda total e a da perda parcial das colonias.

E todavia não ha ninguem que não reconheça, á primeira vista, que esta distincção é importantissima para a clareza do assunto. Dir-se-ia que ela queima, tanto medo ha de lhe tocar. (1)

Ou os partidários da integridade colonial, os integristas—fiquemos chamando-lhes assim—consideram que não ha motivo para se estabelecer aquella diferença, pois que, para eles, tanto mal faz perder uma parte das colónias, como perde-las todas; ou admitem que o efeito produzido não é o mesmo, segundo a perda é total ou parcial.

No primeiro caso, só podem lançar mão de argumentos d'ordem moral, porque só dentro d'ela, e ainda assim com muita bôa vontade, é que se pode admitir que uma perda parcial seja egual a uma perda total. E nesse campo não ha que discutir e resta apenas dizer aos integristas, que se devem pre-

---

(1) Quando assim falo, refiro-me a ser a questão tratada para o que se chama o grande público, a sua vulgarisação.

parar para sofrerem com resignação a amputação fatal.

Na segunda hipótese, teem de escolher umas d'estas três soluções :

Ou Portugal está seriamente ameaçado de perder todo o dominio colonial ; ou essa ameaça existe apenas para uma parte d'ele e nesse caso de que parte se trata ; ou a ameaça não existe.

Neste ultimo caso, teem que demonstrar a não existencia do perigo — admitindo que se trata d'um perigo — e explicar para que servem então os armamentos de toda a espécie, em cuja aquisição andam sempre a falar.

Nos dois primeiros casos, teem que nos dizer se julgam possivel evitar a perda e como é que ela se evita ; e se, pelo contrário, creem que não somos capazes de a evitar, devem justificar porque defendem então a conservação da posse das colónias.

A questão ahi fica posta para os integristas escolherem a solução que mais lhes agrada e justificarem a escolha feita. Eu, que não sou integrista, vou expôr, o mais claramente que puder, o que penso da questão.

\* \* \*

Em que se fundam os optimistas para duvidarem de que uma amputação no dominio colonial venha a produzir-se ?

O raciocinio em volta do qual gira todo o optimismo dos integristas, é o seguinte :

«A Alemanha é o país cuja ambição é mais perigosa para Portugal, porque é o que mais precisa d'uma boa parte do que possuímos. Mas á Inglaterra não convem uma grande expansão colonial dos alemães, d'onde, a defêsa que ella assume do nosso dominio ; e como a Inglaterra é a mais forte e procura, o que tem conseguido, manter a sua superioridade, longe vem o dia, se elle chegar, em que a Alemanha nos poderá arrancar alguma coisa.»

Como corolario, apparece a necessidade de mostrarmos aos outros povos, que somos dignos de pos-

suirmos colónias, pelos progressos que nelas realisarmos, o que, mais tarde, poderá até constituir um apoio, se nos virmos ameaçados. Mas como isto não basta, porque é a força ainda que domina, devemos armar-nos o melhor que pudermos, e correspondermos assim ás obrigações duma aliança, o que, além de constituir uma força com que a Inglaterra poderá contar, o que nunca é para desdenhar, significa, por isso mesmo, que não somos um país protegido, mas um país aliado, com o que só tem a ganhar a dignidade nacional. Além d'isto, desde que estejamos bem preparados militarmente, nada ou muito pouco poderemos recear da Espanha, que nunca deixa de sonhar com um golpe de mão sobre Portugal.

Assim se pode resumir, me parece, o que os integristas dizem sobre a questão.

Mas ainda que todo este raciocinio, empregado sobretudo com um tom de forte convicção, possa ser de muito efeito no espirito da maioria da gente, não deixa por isso de ser uma ilusão, reforçada com outras ilusões, encadeado tudo com uma certa lógica.

\* \* \*

A ilusão fundamental do raciocinio empregado, é a ideia de que a Inglaterra se oporá sempre, ou por muito tempo, ás ambições coloniaes da Alemanha.

Por muito grande que seja a ambição dos financeiros e dos politicos, para os quaes a guerra é uma das melhores fontes de receita e de satisfação de vaidades, difficilmente a guerra será declarada entre as chamadas grandes potencias. E' fóra de duvida que estas nações, que dispõem da paz do mundo, se mostram de dia para dia mais decididas a evitar, custe o que custar, a terrivel conflagração.

O tremendo desastre que esta guerra seria *para todos*, para vencidos e vencedores, aparece cada dia com mais nitidez aos olhos de toda a gente, fa-

zendo reflectir os mais militaristas e os mais ambiciosos. A esta consciencia da grandeza da catastrophe, junta-se, nos homens de governo inteligentes, o receio das consequencias sociaes que a guerra produziria; e nos mais civilizados, a repugnancia por uma tal carnificina e a noção clara do perigo que d'ela adviria para a civilisação.

Por outro lado, a contribuir para esta tendencia pacifica, produz-se a acção dos que desejam a paz, não a dos senhores que se reúnem em conferencias e outras cerimoniaes pacifistas, estereis e cheias de ironia, mas a do proletariado consciente, que se mostra cada vez mais disposto a impedir, *por todas as fórmas*, o massacre e que estará preparado, dentro de pouco tempo, para o impedir definitivamente.

Poderá rir-se d'estas palavras quem gostar de se dar ares de desiludido ou de sceptico; mas os próprios governantes, que são geralmente dos ultimos a repararem para fenómenos d'esta espécie, sabem que elas exprimem a verdade e já quasi o não occultam.

São todos estes factores que, tornando-se sempre mais fortes, vão assegurando a paz entre as grandes potencias. Por vezes parece estar-se ou está-se realmente a dois passos da guerra; mas o espectro das suas consequencias aparece e a paz mantem-se. «Tudo menos a guerra,» é já talvez uma fórmula tacitamente reconhecida, que será, dentro de pouco tempo, ostensivamente proclamada; e tudo se fará para a evitar, porque se terá reconhecido que qualquer outra solução, mesmo aos olhos dos mais ambiciosos e dos menos sensiveis, lhe é preferivel.

E' por isso que a Inglaterra, contrariamente ao que pensam os integristas coloniaes, deixará de se opôr, como até agóra, ás pretensões coloniaes dos alemães, tanto mais certamente, quanto a Inglaterra é um dos paises onde as ideias pacifistas fazem mais progressos entre os governantes. No dia, que não deve estar longe, em que a Inglaterra reconhecer que tem mais a perder com uma guerra, mes-

mo victoriosa, com a Alemanha, do que com o dar satisfação, á boa paz, ás suas pretensões coloniaes, ou a uma parte importante d'elas, quem é que poderá evitar que a *compensação*, que é como na Alemanha se chama a esta operação de politica internacional, seja realisada á custa dos povos fracos: Belgica, Turqula, Portugal, etc.?

Pois o que é que sempre se tem feito senão isso? E julga-se que estamos livres d'essa operação, só porque, nos ultimos tempos, ela se tem realisado á custa d'outrem? Mas se assim tem acontecido, é simplesmente porque o que a Alemanha pretende das colónias portuguezas, convem menos á Inglaterra que ela o obtenha, do que aquilo que ela tem obtido. Mas a nossa hora ha de chegar e tanto mais depressa, quanto se agravarem as condições financeiras das nações militaristas. E estas condições são de tal ordem, que o financeiro Carnegie, declara que a *sangria financeira*, provocada pelos armamentos sempre crescentes, «bem depressa se tornará perigosa, a menos que se produza uma suspensão. Mas é para reear que se produza uma catastrophe financeira, antes que as nações se apliquem a remediar o mal.» Quer dizer que para evitar o desastre, é preciso suspender a loucura dos armamentos. E' o que se está impondo de tal fórma aos olhos de todos, que uma solução a este estado de coisas, não poderá tardar; e ou se produz a temida conflagração ou aparecem as *compensações* reciprocas, para evitar a guerra, desastre maior ainda do que a *débacle* financeira.

\* \* \*

Se mais nada houvesse para nos convencer da inutilidade da guerra, bastaria o livro do inglês Norman Angell, *La Grande Illusion*, livro que devia estar traduzido em todas as linguas e ser lido por toda a gente. A impressão que esta obra produziu nos meios politicos europeus, foi enorme e reconhece-se, depois de o termos lido, que deve exer-

cer uma influencia apreciavel na orientação politica europeia. E' que nunca se produziu contra a guerra, contra a conquista, uma argumentação mais cerrada, mais irrespondivel e á qual, de resto, até agóra ainda não appareceu resposta capaz. Mas se ha tantos motivos a determinarem a paz, perguntar-se-á, porque é esse aumento constante de armamentos que por toda a parte se observa e as constantes ameaças de guerra? Por vários motivos.

Em primeiro logar, porque a *grande ilusão*, de que nos fala N. Angell, sobre os beneficios que da guerra proveem para o vencedor, afecta ainda muita gente.

Depois, porque a guerra e, talvez mais ainda, as ameaças de guerra, são excellentes negócios para os homens que mandam na politica internacional, de quem quasi tudo depende: os financeiros. Veja-se a guerra de Marrocos. Finalmente porque — e é por exemplo, o caso da Alemanha — quanto melhor armada uma nação estiver e mais aguerrida se mostrar (embora, por vezes, — como a Austria na questão dos Balkans, — isso constitua um simples *bluf*) mais probabilidades ha de o adversário evitar um conflito e procurar contentar, á bôa paz, o reclamante.

Quanto ao espirito de conquista e ao patriotismo guerreiro das populações, apenas os muito ingénuos é que ainda ignoram como elles se formam e com que fim. Para citar apenas um exemplo, considere-se o que se tem passado com o recente escandalo Krup, na Alemanha.

Com a corrupção directa e dispondo da grande imprensa, tudo se arranja. As *combinações* effectuam-se em proveito dos homens de negócio, e o público aplaude o fabrico de mais canhões e de mais navios, contribue para as subscrições patrióticas, e manifesta nas ruas o seu enthusiasmo pela guerra. Mas todo esse enthusiasmo popular desaparece, desde que esteja satisfeito o interesse financeiro ou politico que d'ele necessitava, porque a grande imprensa passa a falar d'outra coisa e o público, a

*grande creança*, já não se lembra, passados dois dias, do que tanto a entusiasmara. Exemplo: Os aeroplanos em Portugal.

\* \* \*

Outra ilusão de que se sofre em Portugal, é a da necessidade absoluta de possuírmos colónias.

Já o disse e repito, que nunca se demonstrou seriamente que a posse das colónias seja condição necessária da independência nacional, como se afirma constantemente, para justificar a integridade colonial. Nunca se disse, por exemplo, se a perda d'essa independência está ligada á perda total das colónias ou se a perda parcial a provoca também; e todavia essa questão tem muita importancia.

Eu pergunto aos integristas:

Se a perda d'uma parte das colónias provoca a perda da independência nacional, como é que essa independência se tem mantido, apesar das successivas e por vezes importantes (como o Brazil) amputações que tem sofrido o dominio colonial? Se a independência só se perde com a perda total das colónias, porque não admitem os integristas que se fale sequer em se alienar uma parte d'elas?

E' claro que depois d'isto não deixa de estar de pé a pergunta: *Porque* se perde ou corre grave risco a independência nacional, com a perda total ou parcial das colónias?

Outra razão que se dá da necessidade das colónias, é que elas dão-nos um prestigio politico que, não teríamos sem a sua posse.

Em primeiro lugar, o prestigio assim obtido não é nada invejavel, ou antes, é um falso prestigio, igual (vamos lá com a velha mas sempre bôa comparação) ao do morgado possuidor de bens que não explora e que estão á mercê da ambição dos vizinhos. E' esse prestigio que até agóra temos tido, com milhões de kilometros quadrados de colónias. D'outra espécie é o prestigio da Suissa, da Dinamarca, da Noruega, etc., sem império colonial.

Se nós não formos capazes de adquirir um pres-

tigio equivalente sem as colónias, o que nos garante que, com elas, adquiramos o prestígio colonial que tem, por exemplo, a Holanda? Nada nol-o garante, antes pelo contrario.

Diga-se o que se disser da obra colonial e da capacidade colonisadora dos portuguezes, coisas que não discuto, o que se não pode negar é que as colónias portuguezas se apresentam, no conjunto, num estado de progresso, muito inferior ás colónias dos outros paizes. Póde ser que a boa vontade tenha sido muita; mas até agora, com os varios regimens e sistemas politicos e administrativos que o paiz tem conhecido, os resultados não são nada brilhantes.

Ora a garantia de bons resultados no futuro é tanto menor, quanto maior é a soma dos erros cometidos no passado. Era o passado da monarchia que a tornava, aos olhos da população, incorrigivel, ninguém acreditando, não podendo mesmo acreditar nos seus prometimentos de vida nova. Como tudo tem um termo, reconheceu-se que era preciso mudar a orientação do organismo politico, a despeito dos protestos calorosos de regeneração. Era preferivel toda a inesperienza dos republicanos, arrostar com os erros do começo, a continuar acreditando quer na falsa boa-fé de uns, quer na aparente capacidade de outros, porque se chegara á convicção, de que assim havia mais probabilidades, senão a certeza, de se entrar pelo bom caminho.

Não haveria vantagem em mudar tambem a orientação das actividades nacionais, desviando-as da illusão da posse de colónias?

\* \* \*

O que se chama *o prestígio nacional*, é uma das muitas expressões com que se entretém o publico, sem que se saiba afinal, o que ela quer realmente dizer.

Estas palavras fazem parte do vocabulário politico, como muito bem nota N. Angel, que não correspondem á realidade. Nós servimo-nos d'uma linguagem correspondente a uma vida social que ha

muito tempo passou e raciocinamos depois em harmonia com essa linguagem, quando pretendemos resolver os problemas que nos interessam. D'ahi uma confusão e um conflito das nossas necessidades e interesses, com os meios que se indicam para os satisfazer.

O que seria pois excelente, era que se explicasse, *com clareza*, em que consiste o prestigio de que se fala e que relação ha entre ele e o bem-estar, o progresso do povo portuguez. Porque é preciso não se perder de vista que é d'este bem-estar que se trata, ou antes, se deve tratar e mais nada. Mas é isso que se não faz, e continua-se a subordinar a vida colectiva, a formulas e frases vãs de sentido ou obscuras, que não fazem senão perpetuar no espirito da população uma soma de preconceitos que a impossibilitam de ver claro na solução dos problemas que a interessam. Quando se não sabe como as questões se resolvem, ou quando não convem resolvê-las, escolhem-se umas tantas das taes frases, faz-se d'elas a razão de ser da orientação que se deseja dar á questão... e o efeito é seguro.

\* \* \*

Como é que a chamada posse das colónias, pode favorecer o progresso do país? Eis o que os integristas nos deviam dizer, para se reconhecer a necessidade de manter o dominio colonial.

A orientação dos integristas não deve causar espanto, porque é filha d'uma ilusão comum a quasi toda a gente. Essa ilusão consiste em se supôr que o país que *possue* colónias, está em melhores condições que outro para desenvolver toda a actividade de que pode provir o seu progresso. No magnifico trabalho de N. Angel, é esta ilusão admiravelmente demonstrada. E eu, desejando demonstrar que os portuguezes se devem desembaraçar d'essa ilusão, nada posso fazer de mais eficaz do que recomendar a sua leitura e especialmente, para o caso das colónias, o capítulo que no livro tem por titulo:

*La Question des Colonies.* (1) Limito-me por isso a fazer algumas perguntas e citações.

E' vulgar ouvir-se dizer em Portugal, que «a melhor colónia portugueza é o Brazil.» Isto quer dizer que Portugal tira mais vantagens do trabalho dos portuguezes no Brazil, do que do trabalho dos portuguezes nas colónias. Todavia Portugal *possue* Angola, Moçambique, etc., e não *possue* o Brazil. Nós *perdemos* o Brazil; e todavia para a economia nacional, tem mais importancia o Brazil do que as *nossas* colónias. Se assim não é, que digam os integristas, de qual d'estes dois factos resultaria maior desequilibrio na economia nacional: se da interrupção completa das nossas relações com os portuguezes do Brazil ou da produzida com os portuguezes das colónias. Que vantagens resulta pois, para Portugal, da soberania politica que exerce em determinados territórios, se o progresso económico que d'eles provem, é menor que o que provem d'um país independente?

Dir-se-ha: «Isso acontece, porque não se tem sabido tirar partido das colónias; desde que o contrario aconteça, a vantagem da posse é inegavel.» Tambem assim não é, o que se mostra facilmente, com o que se passa nos outros países, como por exemplo, a Inglaterra, o país de maior prestigio colonial.

«Embora a Inglaterra *possua* o Canadá, diz N. Angell, o comerciante inglês é empurrado para fóra dos mercados canadianos, pelo comerciante suíço, que *não possue* o Canadá.»

«O commercio externo total da Inglaterra era, em 1908, de 1049 milhões de libras, das quais 784 milhões com o estrangeiro e 265 com as colónias. E ao passo que é exato que para algumas colónias (por exemplo a Australia) a Inglaterra *possue* até 52 % do seu commercio, acontece que certos países estrangeiros, oferecem uma percentagem de commercio maior com a Inglaterra, do que as suas proprias

---

(1) La Grande Illusion — (Collection Nelson.)

colónias. A Inglaterra possui 38 % do comércio argentino e apenas 36 % do comércio do Canadá, apesar do Canadá lhe ter recentemente concedido tarifas de favor extremamente vantajosas.»

Palavras d'um comerciante do Canadá :

«Nós não fazemos compras em Inglaterra. Conservamos em Londres um pessoal de vinte empregados que vigiam as nossas compras na Europa, mas as encomendas vão para a França, para a Alemanha, para a Suíça e não para a Inglaterra.»

Eis porque N. Angel diz :

«Sob o ponto de vista económico, a Inglaterra teria mais vantagem em se separar por completo das suas colónias, porque ficaria assim livre das despesas que a sua defeza acarreta.»

Como é que Portugal pode impedir que os outros países o vençam na concorrência comercial, nas suas colónias?

Em que pode a *soberania politica*, a chamada *posse*, obstar a esse resultado? Por meio de leis proibitivas e outras disposições analogas?

Nesse caso tanto vale dizer que se pretende continuar sem realisar progresso algum apreciavel, pois que não ha ninguem que ignore que é esse o melhor sistema de paralisar toda a actividade, que tem causado umas vezes a ruina outras um recuo de actividades que impõe uma mudança de processos. Isto é elemental e já se não discute. Nestas condições, ou Portugal se não sujeita á concorrência e fica *marcando passo*, senão recuando, ou se sujeita a ella; e neste caso, será bom que nos digam em que pode a soberania influir na questão, se não é para nos obrigar ás despesas e aos riscos de defeza, da manutenção da ordem e de todas as difficuldades que surgem sempre onde ha interesses em conflito?

Dadas as condições de manifesta inferioridade em que nos achamos em face dos outros países, no que respeita á vida económica nos seus vários aspectos, conservarmos intangivel o império colonial e abri-lo á concorrência, (única maneira de o tornar progressivo) é agravar uma situação que já é

bem crítica, só para ter o prazer de ver flutuar, em determinado sitio, a bandeira portugueza em vez d'outra qualquer. Não discuto se esse prazer vale ou não todos os sacrificios, porque isso é uma questão de sentimento pessoal; o que digo é que mais nada a soberania politica nos traz.

Sem esta soberania, os portuguezes trabalhariam nas colónias, com a mesma liberdade com que trabalham no Brazil, na California e noutros pontos, sem os encargos de toda a ordem que a soberania impõe e tendo ainda as vantagens que adveem d'uma longa occupação, porque seriam as d'uma experiencia e aclimatação apreciaveis.

Se os portuguezes fossem completamente derrotados, era porque a sua capacidade não egualava a dos outros e por mais nada, sem que a falta da soberania para esse resultado concorresse.

O que perderiamos nós em ficarmos sem as colónias e sem os encargos, as dificuldades e as inquietações de toda a ordem que elas acarretam?

Qual seria o grande desastre que esse facto representaria, é que os integristas deviam mostrar *com clareza*.

«O resurgimento das nações vencidas na guerra, acabou por se tornar um logar comum, diz-nos N. Angel. Dez anos depois da guerra franco-allema, a França estava em melhores condições financeiras do que a Allemanha, (que *possuia* todavia mais duas provincias.) A renascença social e industrial da Espanha, data do dia da sua derrota, quando perdeu as suas colonias; e é depois d'esta derrota que os fundos espanhoes duplicaram de valor. O 4 % espanhol que chegou a 42.50 durante a guerra, negociava-se facilmente a 90 francos nas vespas do confito marroquino. Foi depois que a Inglaterra acrescentou ás suas *possessões* «os campos de ouro do mundo,» (o Transval) que os consolidados ingleses baixaram vinte pontos.»

N. Angel.

\* \* \*

O preconceito do prestigio politico, que tantos

erros funestos provoca, é alimentado pela ilusão de que a força armada é necessaria para assegurar o desenvolvimento economico. Todos os dias se deita esta ilusão a correr mundo, nos jornais e nos livros, considerando-a como uma verdade indiscutivel,

O que nos diz, por exemplo, o barão Karl von Stengel, (1) pôde considerar-se como que a formula que resume a doutrina defendida por tanta gente e por tanta gente julgada verdadeira, que toda a politica internacional continua a basear-se nela :

«Toda a nação deve fazer tender os seus esforços para exercer a maior influencia possivel não só na Europa, mas em todo o mundo, porque a influencia economica depende, em ultima análise, da supremacia politica; e para todos os países é dum interesse vital ter a parte mais larga possivel no commercio do mundo.»

Esta opinião é, como disse, a opinião dominante. D'ela resulta esta outra, que N. Angel resume assim: «A estabilidade financeira e industrial, a segurança da atividade commercial, numa palavra, a prosperidade e o bem-estar d'uma nação, dependem da sua força defensiva contra as agressões dos outros países, os quais, se o puderem fazer, cometerão essas agressões, visto que procedendo assim, creem aumentar o *seu* poder e por consequencia a *sua* prosperidade, o *seu* bem-estar á custa do vendido.»

Para provar á evidencia quanto estes raciocinios correspondem a formidaveis ilusões, e a que erros conduzem, o melhor que tenho a fazer é tornar a recomendar a leitura da obra de N. Angel, pois que d'outro modo, não faria mais do que repetir o que ele diz. Limito-me portanto, como fiz ha pouco, a algumas perguntas e citações, para os que defendem o aumento do exercito e da marinha de guerra, como condição necessaria da prosperidade futura do país, para os que consideram esse aumento de força armada, digno de todos os sacrificios.

---

(1) Citado por N. Angel, *pernob. cit.* p. 62.

«A riqueza, a prosperidade e o bem-estar d'uma nação, não dependem, em coisa alguma, do seu poder politico. Se não, a prosperidade comercial e o bem-estar social dos Estados de segunda ordem, que não exercem poder politico algum, seriam inferiores aos das grandes nações que dominam a Europa; e não é isso o que acontece. As populações de Estados como a Suissa, a Holanda, a Belgica, a Dinamarca e a Suecia, são, a todos os respeito, tão prosperas como as de Estados, como a Alemanha, a Russia, a Austria ou a França. O commercio das pequenas nações é relativamente (e quantos vezes absolutamente!) maior que o das grandes nações.»

«Como indicação approximativa da riqueza e da segurança dos pequenos Estados: o 3 % da Belgica é cotado a 96 e o 3 % da Alemanha poderosa, a 82; o 3 1/2 % do imperio russo, com os seus 120 milhões de habitantes e os seus quatro milhões de soldados, é cotado a 81, ao passo que o 3 1/2 % da Noruega, que quasi não tem exercito, atinge 102.»

Quem conhece a Europa, sabe a que ponto o bem-estar se acha espalhado nos pequenos estados como a Escandinavia, a Holanda a Belgica e a Suissa. Muthall, em *Industries and Weath of Nations*, (pag. 391) coloca os pequenos estados da Europa com a Inglaterra e a França á frente da lista; a Alemanha vem em 6.º lugar e a Russia, territorialmente e militarmente a mais forte, em ultimo lugar.

O estatístico francês, sr. Bertillon, fez um calculo da riqueza individual relativa nos ditterentes países. Um alemão de meia idade (segundo a média estabelecida) possui nove mil francos; um holandês *desaseis mil.*»

«Todos os homens competentes nos dizem que os tratados nada valem; que um país que não dispõe d'uma força politica que ele faça valer tanto pela diplomacia como pela guerra, está em condições de inferioridade económica; e Clausewitz acrescenta que, em ultima análise, a força económica d'um Estado, depende do seu poder militar.»

No entanto, uma diferença de vinte pontos como

acontece com as cotações russa e norueguesa e de quatorze, como é o caso para a Belgica e a Alemanha, representa a diferença entre a segurança e a incertesa; esta diferença é a que se produz nas acções dos caminhos de ferro americanos, segundo se está em perfeita segurança ou reina o panico por toda a parte.»

Se a força armada fosse realmente necessaria para o desenvolvimento comercial d'um paiz, como explicar que a Belgica e a Holanda ocupem o 5.º e 6.º logares no comércio mundial ou que a Noruega transporte, relativamente á população, o triplo de mercadorias que transporta a Inglaterra?

Como explicar que se atribúa a segurança commercial dos pequenos Estados aos tratados comerciais e se diga, ao mesmo tempo, que a força é necessaria porque os tratados nada valem e que se não diga como é que essa força não é posta em acção, para obrigar os pequenos países a aceitarem clausulas que só favorecessem os grandes?

\* \* \*

Os integristas defendem ainda o aumento da força armada, por causa das pretensões imperialistas da Espanha.

A questão das relações entre portuguezes e espanhoes, merece, —e espero poder faze-lo— ser tratada com mais largueza, do que a que lhe poderia ser dada neste opusculo.

Entretanto, aqui fica, em poucas palavras, o que penso d'esse tão importante aspecto da vida portuguesa :

As aspirações imperialistas da Espanha, são uma manifestação de character nacional, que se desvanecerá pouco a pouco e que rapidamente diminuiria, se o *chauvinismo* calculista as não alimentasse.

As ameaças, se existem, constituem apenas uma manobra de politica interna para a defeza de vários privilégios e interesses, sem propósito firme de as executar.

Ainda que este propósito existisse, não se poderia levar a cabo sem o consentimento d'outras nações e especialmente da Inglaterra.

Se este consentimento se desse, era porque a essas nações convinha a acção belicosa do imperialismo espanhol; e nesse caso, os portuguezes seriam sempre vencidos na luta, mesmo que se encontrassem muito bem preparados. Devemos ainda notar que nestas condições as grandes potencias interessadas nessa acção da Espanha, começariam por nos dificultar a preparação militar, que se não pode fazer sem o seu concurso.

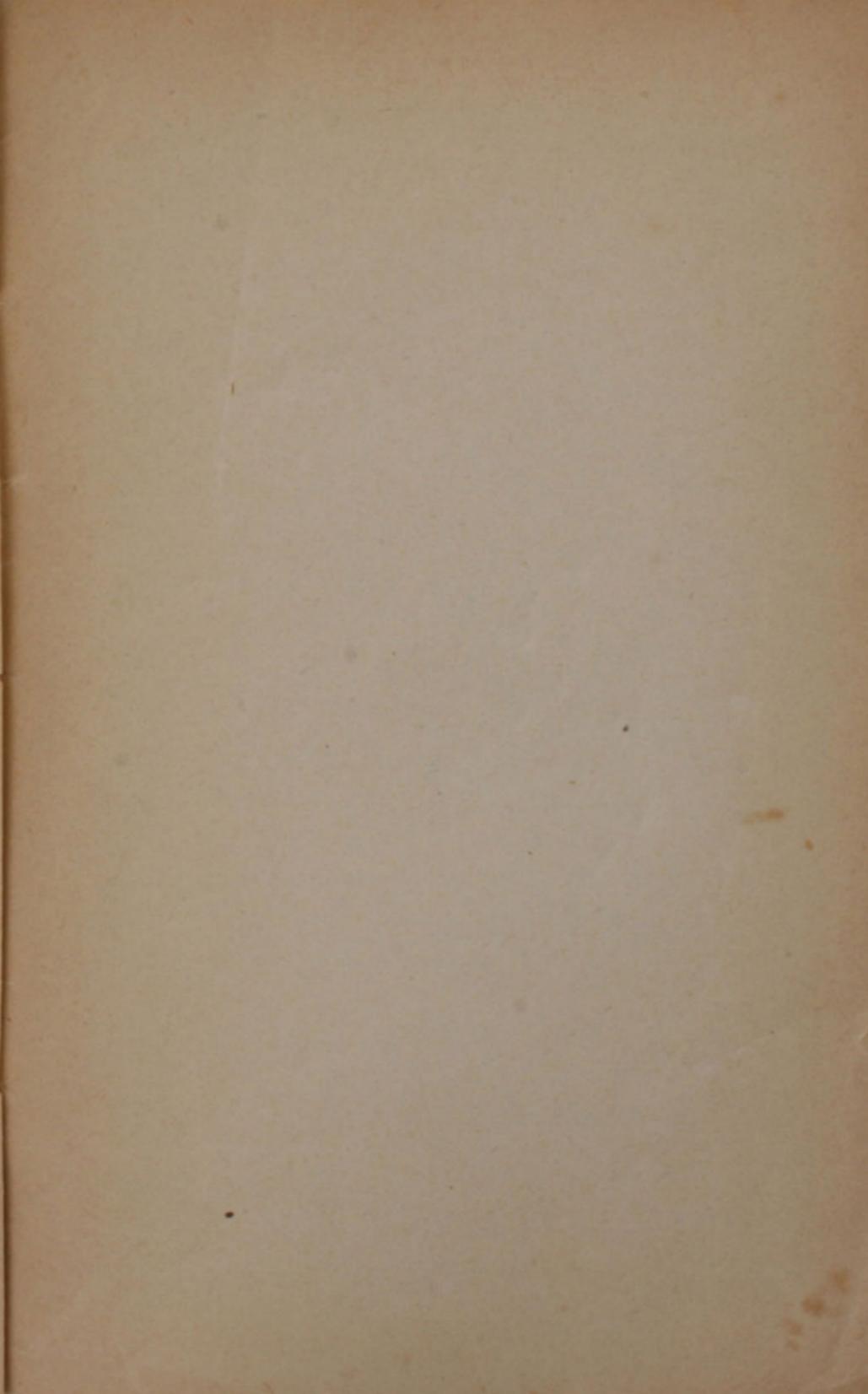
Não se veem motivos por que ás outras potencias e especialmente á Inglaterra, conviria essa acção militar da Espanha; ao passo que não é difficil ver motivos do contrário, entre os quaes avulta o prejuizo commercial que para a Inglaterra e para as outras nações, adviria da enorme perturbação que esse facto acarretaria para a vida portugueza.

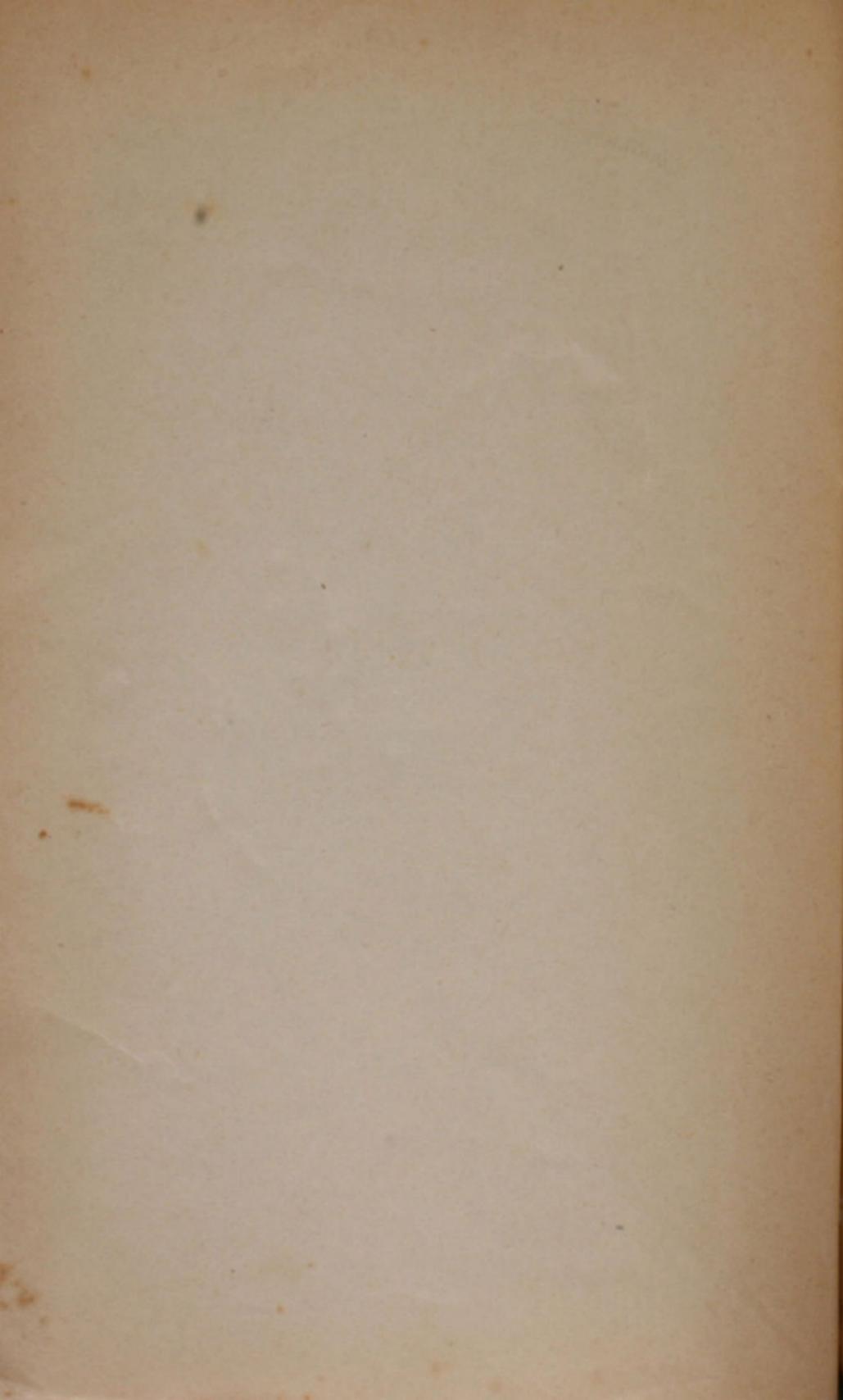
São por isso inuteis sacrificios para o aumento da força armada, devendo os esforços e o dinheiro que esta exige, serem empregados em obras de hygiene, de fomento e de instrucção. E em vês de cultivarmos ideias de grandexa militar e de falso prestigio nacional, com a desconfiança e até a antipatia pela Espanha (sentimento muito vulgarisados) procuremos estreitar, por todas as formas, as relações entre os dois povos, realisar um constante e sempre crescente intercambio de ideias e iniciativas, para a defeza de numerosos interesses comuns, para uma mais justa e reciproca apreciação da obra de civilisação dos dois povos, para uma pratica cada vês maior de solidariedade, do que só pôde resultar mais prosperidade e bem-estar para todos.

A obra a realisar neste sentido, em ambos os paises é difficil e exige até sacrificios, porque os preconceitos são muitos e porque ela vai contrariar ambições, que só se pôdem satisfazer mantendo vivazes esses preconceitos. Mas precisamente porque

é uma obra necessária e difícil, é que deve ser iniciada ou continuada sem demora e com tenacidade, com a certeza de que se trabalha para o progresso e para a civilização.









**Preço 120 réis**